

Políticas de financiamento à educação superior: distribuição e alcance em Santa Catarina

Higher education funding policies: distribution and coverage in Santa Catarina

Políticas de financiamiento de la educación superior: distribución y alcance en Santa Catarina

Fábio Zambiasi¹

Marlize Rubin-Oliveira²

DOI 10.70678/sala8.v1i10.1636

Artigo Científico

Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação.

RESUMO

A política de assistência financeira estudantil de Educação Superior (ES) de Santa Catarina (SC) foi reconfigurada a partir de 2023, devido a mudança na gestão estadual. Este artigo tem como objetivo analisar a distribuição e alcance da política de assistência financeira estudantil da ES de SC e as repercussões a partir da mudança na gestão estadual de 2023. A pesquisa de cunho descritivo, partiu da análise de dados secundários quantitativos da base de dados Educação na Palma da Mão. Observou-se que, com as mudanças na gestão estadual, o Programa UNIEDU foi revogado, dando lugar aos Programas FUMDES e UG. Em termos de distribuição e alcance, ao contrário do UNIEDU que ofertava bolsas de pesquisa, extensão e pós-graduação, o FUMDES e UG focam em bolsas de graduação. Afirma-se que as mudanças na gestão estadual repercutiram em um foco maior dos investimentos na formação profissional, em detrimento da pesquisa, extensão e pós-graduação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gestão da Educação Superior. Investimentos.

ABSTRACT

¹ Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Membro do Grupo de Estudos sobre Universidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1497-0687>. E-mail: fabio.zambiasi@hotmail.com. O presente trabalho foi apresentado no IV Congresso Internacional em Políticas, Práticas e Gestão da Educação e contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professora Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Líder do Grupo de Estudos sobre Universidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3234-7562>. E-mail: marlize.rubin@gmail.com

The student financial aid policy for Higher Education (HE) in Santa Catarina (SC), was reconfigured starting in 2023 due to a change in state administration. This article aims to analyze the distribution and scope of the student financial aid policy for HE in SC and the repercussions resulting from the 2023 change in state administration. The descriptive research was based on the analysis of quantitative secondary data from the Educação na Palma da Mão database. It was observed that, with the changes in state administration, the UNIEDU Program was revoked, giving way to the FUMDES and UG Programs. In terms of distribution and scope, unlike UNIEDU, which offered research, extension, and graduate scholarships, FUMDES and UG focus on undergraduate scholarships. It is argued that the changes in state administration resulted in a greater focus on investments in professional training, to the detriment of research, extension, and graduate studies.

Keywords: Public Policies. Higher Education Management. Investments.

RESUMEN

La política de ayuda financiera para estudiantes de Educación Superior (ES) en Santa Catarina (SC) se reorganizó a partir de 2023 debido a un cambio en la administración estatal. Este artículo tiene como objetivo analizar la distribución y el alcance de la política de ayuda financiera para estudiantes de ES en SC y las repercusiones derivadas del cambio de 2023 en la administración estatal. La investigación descriptiva se basó en el análisis de datos secundarios cuantitativos de la base de datos Educação na Palma da Mão. Se observó que, con los cambios en la administración estatal, el Programa UNIEDU fue revocado, dando paso a los Programas FUMDES y UG. En términos de distribución y alcance, a diferencia de UNIEDU, que ofrecía becas de investigación, extensión y posgrado, FUMDES y UG se centran en becas de pregrado. Se argumenta que los cambios en la administración estatal resultaron en un mayor enfoque en las inversiones en formación profesional, en detrimento de la investigación, la extensión y los estudios de posgrado.

Palabras clave: Políticas Públicas. Gestión de la Educación Superior. Inversiones.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de assistência financeira estudantil se constituem como um dos principais elementos para ampliar a democratização do acesso e manutenção na Educação Superior (ES), principalmente em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas. No contexto nacional, várias políticas públicas têm sido formuladas e implementadas pela gestão federal visando o enfrentamento dos desafios relacionados a expansão das matrículas e permanência na ES (Vargas; Canan, 2025). Em Santa Catarina, a Secretária de Estado da Educação (SED), órgão responsável pela gestão da ES estadual, mantém em seu quadro de políticas públicas uma política de assistência financeira estudantil composta por três Programas em seu interior, sendo o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e o Universidade Gratuita (UG). Se trata de uma das principais políticas estaduais voltada ao acesso e

permanência da população catarinense em Instituições de Educação Superior (IES) privadas e fundacionais (Barreto; Mangili; Gianezini, 2021).

No entanto, com as mudanças na gestão do governo estadual ocorridas a partir do ano de 2023, ocorreu um processo de reconfiguração da política de assistência financeira estudantil em questão. No campo das políticas públicas, Souza (2006), Silva e Bassi (2012) explicam que a continuidade e/ou descontinuidade de certas políticas públicas se trata de algo comum, visto que os governos são transitórios e cada um possui seus planos eleitorais e pautas de gestão. De todo modo, Franco (2021), Vargas e Canan (2025) referem-se a ES como uma área e/ou setor comumente impactada pelas transições políticas. No caso de SC, a mudança na gestão do estado repercutiu na revogação e início da descontinuação do Programa UNIEDU³, que historicamente ofertava bolsas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Essa estratégia foi utilizada para alocar os investimentos a outros dois novos Programas criados pela gestão estadual atual, definidos como FUMDES e UG.

Se trata de uma transformação recente, com repercussões significativas nos Programas estaduais voltados a democratização do acesso e manutenção na ES, mas que ainda é pouco explorada no que se refere ao processo acadêmico específico. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a distribuição e alcance da política de assistência financeira estudantil à ES de SC e as repercussões a partir da mudança na gestão estadual de 2023. A pesquisa se caracteriza por ser descritiva, partindo da análise de dados secundários quantitativos, em específico da base de dados do governo estadual de SC denominado como “Educação na Palma da Mão” (SED/SC, 2025a). A base agrupa informações sobre a política em análise. Ademais, destaca-se que mudanças em políticas públicas, como as ocorridas em SC, são oportunas de serem analisadas, principalmente para se obter dados acerca dos avanços, efetividade e/ou retrocessos, fornecendo assim subsídio tanto a formuladores de políticas públicas, quanto a gestores da ES.

Sendo assim, este artigo se divide em quatro seções, para além desta introdução. A primeira seção se dedica a discussões sobre gestão da ES, políticas públicas e

³ O UNIEDU foi revogado em 2023, mas ainda se encontra presente no escopo da política de assistência financeira estudantil de ES de SC, pois ainda mantém estudantes vinculados a ele e continua a investir recursos, porém, de modo decrescente, como forma e estratégia de sua descontinuidade.

aprofunda o contexto da política analisada. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos empreendidos. A terceira seção é dedicada a apresentar os dados, assim como as análises estabelecidas. Por fim, as considerações finais trazem as sínteses das análises e uma proposta de continuidade ao tema.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTEXTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA ESTUDANTIL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE SANTA CATARINA

As políticas de assistência financeira estudantil se constituem como um dos principais elementos para ampliar a democratização do acesso e manutenção da população na Educação Superior (ES). Segundo Barretto, Mangili e Gianezini (2021), essas políticas buscam amenizar as desigualdades sociais e econômicas, por meio de ações e estratégias que permitem o ingresso e permanência de camadas populares na ES, dentro outras formas por bolsas e vagas em Instituições de Educação Superior (IES). Nesse processo, a gestão da ES exerce um papel central, dado sua capacidade técnica de operacionalização de programas, ações e estratégias (Franco; Longhi, 2021), assim como de planejar a distribuição de recursos, estabelecer estratégias de alcance, monitorar indicadores, eficiência e eficácia das políticas públicas da área.

Nessa perspectiva, torna-se necessário entender que as políticas públicas se constituem envolvendo um conjunto de ações, medidas e diretrizes, organizadas para o alcance de determinados objetivos. Segundo Souza (2006), as políticas públicas são constituídas a partir de prioridades e pautas específicas dos governos, influenciadas em muitos casos por diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. Conforme Souza (2006), a formulação e implementação de políticas públicas se trata de um estágio no qual os governos democráticos transformam seus planos eleitorais em ações concretas, as quais tenderão a produzir mudanças no mundo real, nos mais diversos âmbitos da sociedade. Com efeito, Souza (2006, p. 26) avança na definição de políticas públicas como sendo “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo

em ação' e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”.

Aprofundando a definição acerca do termo política pública, Heidemann (2009) acrescenta que as políticas envolvem dois elementos-chave, isto é, uma ação e uma intenção. Segundo Heidemann (2009, p. 30), “pode até haver uma política sem uma intenção formalmente manifestada, mas não haverá de forma alguma uma política positiva se não houver ações que materializam uma intenção ou propósito oficial”. Portanto, as políticas públicas envolvem um processo de ação dos governos objetivando alguma intenção específica, por exemplo, o estabelecimento de diretrizes e ações governamentais para a solução de problemas específicos observados na sociedade (Heidemann, 2009).

Silva e Bassi (2012), por sua vez, trazem um outro ponto importante para entender as políticas públicas, colocando que a necessidade de atender aos interesses e anseios mais amplos do Estado é pano de fundo do desenho das políticas públicas, sendo essa questão também destacada por Franco (2021) ao discutir especificamente sobre as políticas públicas de ES nacionais. Segundo Franco (2021), as políticas públicas de ES no Brasil são constituídas atreladas ao projeto maior de desenvolvimento nacional. Isso significa que, para além de atenderem as dimensões específicas da esfera do ensino, a ES e suas instituições precisam contribuir a diferentes interesses nacionais, como a formação humana qualificada, através do ensino, e ao progresso científico e tecnológico, através da pesquisa, assim como atender aos interesses da sociedade.

No mesmo sentido, Silva e Bassi (2012), assim como Souza (2006), destacam que a formulação de políticas públicas ocorre a partir da influência de vários atores, em uma relação de diálogo entre governo e sociedade, embora seja materializada de fato pelos governos. No caso da ES, Sousa (2021) coloca que a ES nacional engloba uma pluralidade de atores e/ou grupos de atores, destacando-se, além de IES privadas e públicas com missões institucionais diferenciadas, as entidades acadêmicas, agências de fomento, gestores, sindicatos, entre outros. Essa pluralidade de atores e/ou grupos de atores colocada por Sousa (2021), faz com que o campo de gestão educacional seja marcado por

tensões e disputa entre as agendas e pautas de interesses de diferentes grupos, conforme destaca Franco (2021).

Não obstante, a manutenção de certas políticas públicas se encontra atrelada as agendas e pautas de cada governo, sendo que, por estes serem transitórios (Silva; Bassi, 2012), em muitos casos algumas políticas se encerram junto com as trocas de governos. A descontinuidade de certas políticas fica clara no âmbito das políticas de ES, dado que, conforme coloca Franco (2021), Vargas e Canan (2025), muitas políticas da área são fortemente influenciadas pelas mudanças de governos, os quais, com seus planos eleitorais e propostas específicas de gestão, detêm a capacidade de tomar a decisão quanto a extinguir ou não determinadas políticas, substituindo por outras que sejam constituídas com base em suas pautas e agendas eleitorais. Contudo, essa descontinuidade de algumas políticas repercute e impacta na incapacidade de cumprirem efetivamente o seu propósito e/ou gerarem os resultados esperados (Vargas; Canan, 2025).

Ademais, no âmbito da gestão da ES, as políticas públicas de ES nacionais podem ser estruturadas a partir de diferentes níveis de gestão (Silva; Bassi, 2012), desde o nível federal, estadual até o municipal/local, sendo que cada um pode se estruturar de modo complementar ao outro, buscando preencher possíveis lacunas em aberto. O governo federal é o responsável pela gestão e formulação das políticas de ES nacionais, utilizando órgãos como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), além de alguns instrumentos principais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que definem diretrizes bases comuns para todo o país no âmbito da ES. Abaixo do governo federal, os governos estaduais são responsáveis por realizar a gestão das políticas estaduais e, com base nas especificidades regionais, estabelecer políticas que podem complementar aquelas estabelecidas pelo governo federal. Por fim, os governos municipais e/ou locais, mesmo que estejam frequentemente associados à gestão da educação básica, também podem exercer um papel complementar em relação aos outros dois, estabelecendo o apoio local como para o acesso e manutenção na ES.

No contexto específico de Santa Catarina (SC), o governo estadual dispõe de um órgão responsável pela gestão da educação estadual, desde a educação básica até a educação superior, denominado como Secretária de Estado da Educação (SED). Através do SED, o governo estadual realiza a gestão da ES estadual, que se divide em vários níveis e modalidades de ensino, envolvendo cursos de graduação e pós-graduação, assim como diferentes tipos de IES. Dentre suas atribuições está a operacionalização das políticas públicas da área, sendo uma das mais significativas a denominada como de “assistência financeira estudantil do ensino superior de Santa Catarina” (SED/SC, 2025a). Essa política tem como “intenção” a ampliação do acesso e manutenção da população catarinense na ES, estabelecendo como “ação” a prestação de apoio de assistência financeira aos estudantes matriculados em IES do estado, subsidiando o pagamento das mensalidades, através de bolsas de estudo, de pesquisa e/ou extensão para a graduação, assim como à pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Se trata de uma política maior que conta atualmente com três Programas em seu interior, o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e o Universidade Gratuita (UG). O mais antigo dos três é o UNIEDU, que oferta bolsas de estudo, pesquisa e extensão para estudantes de baixa renda matriculados na ES, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Este Programa paga as mensalidades dos estudantes beneficiados, de modo parcial ou integral, tanto em IES privadas, com fins lucrativos, quanto fundacionais, sem fins lucrativos. Seguindo a mesma lógica do UNIEDU, o FUMDES foi formulado e implementado no ano de 2023, pela atual gestão do governo do estado, focando na oferta de bolsas de estudos parciais, que variam de acordo com a condição de carência socioeconômica dos estudantes, como meio de apoiar estudantes matriculados na ES, tanto graduação, quanto pós-graduação, mas focando apenas nas IES privadas, com fins lucrativos. O UG, por sua vez, foi também formulado e implementado em 2023, junto com o FUMDES, e oferece bolsas de estudo integrais para os estudantes matriculados em IES, mas foca apenas nas IES fundacionais, sem fins lucrativos (SED/SC, 2025b).

Essa política e seus Programas foram planejados especificamente para atender as especificidades regionais de ES de SC, que é marcada por uma forte presença de IES privadas e fundacionais. Segundo Bastiani, Trevisol e Pegoraro (2018), o estado de SC teve um processo de expansão e interiorização da ES muito singular, pois, a partir da década de 1960, as IES fundacionais de direito privado, mas sem fins lucrativos, que mais tarde dariam origem as reconhecidas universidades comunitárias, foram responsáveis por expandir e interiorizar a ES no estado, em um contexto em que não havia condições políticas e orçamentárias para expandir e interiorizar a ES pública, que se mantinha concentrada na capital. Com o passar dos anos, as IES fundacionais e privadas se expandiram e se consolidaram representando atualmente uma expressiva participação na oferta da ES regional, sendo que, em 2025, das 197 IES presentes no estado, apenas 10 eram públicas, sendo as 187 restantes divididas entre privadas e fundacionais (INEP, 2025), as quais apresentam também inúmeros Polos de ES. Portanto, além de serem IES representativas e importantes para a população catarinense, também são IES que demandam de políticas públicas específicas voltadas em atender a sua estrutura administrativa e ao perfil de seus estudantes.

Por fim, embora conte com estes três Programas em seu escopo, a política em questão passou por um processo de reconfiguração, oriunda das mudanças na gestão do governo catarinense ocorridas a partir de 2023, dado as propostas específicas de gestão da ES propostas pelo atual governo. Como resultado, o UNIEDU, que podia ser compreendido como um Programa consolidado na oferta de bolsas, teve sua existência revogada e, mesmo que ainda siga presente compondo o quadro maior da política analisada com a oferta de bolsas, se encontra em um processo de descontinuidade, como meio de ceder espaço para o investimento financeiro nos Programas FUMDES e UG. Cabe reiterar que as políticas públicas são marcadas historicamente por continuidades e descontinuidades (Silva; Bassi, 2012; Souza, 2006), principalmente a área da ES, que são comumente impactadas (Franco, 2021; Vargas; Canan, 2025). Assim, destaca-se que mudanças significativas nas políticas públicas e seus Programas, como as ocorridas em SC, são oportunas de serem analisadas, principalmente para que se possa pensar acerca

da sua efetividade, repercussões e alcances, dando subsídio a gestores da ES, assim como a formuladores de políticas públicas.

3 METODOLOGIA

O estudo desenvolvido é uma pesquisa de cunho descritivo, que parte da análise de dados secundários quantitativos. Foram analisados os dados disponíveis no banco de dados do governo do estado de Santa Catarina (SC), denominado como “Educação na Palma da Mão” (SED/SC, 2025a). Esse banco de dados é uma plataforma lançada pelo governo estadual, através da Secretaria de Estado da Educação (SED), que integra informações sobre a educação catarinense, em seus diferentes níveis. Nesse banco de dados, existe um painel específico que fornece as informações sobre a política de assistência financeira estudantil, a qual agrupa em seu interior os dados acerca do Programas UNIEDU, com informações desde o ano de 2017 até dezembro de 2024, assim como dados dos Programas FUMDES e UG, com informações desde o ano de 2023 até dezembro de 2024.

Com base na disponibilidade dos dados, estabeleceu-se como recorte temporal de análise os anos de 2017 a 2024 para o UNIEDU. Para o FUMDES e UG, o recorte temporal de análise definido foi de 2023 e 2024. Na busca dos dados e análise, o foco foi buscar alguns aspectos centrais, como o número de estudantes beneficiados em cada Programa, os cursos mais representativos, os tipos de bolsas ofertadas, o montante de recursos investidos. Além disso, foram identificadas outras informações que permitissem analisar a distribuição e alcance da política em questão e de seus Programas.

4 DA DISTRIBUIÇÃO E ALCANCE ÀS REPERCUSSÕES A PARTIR DA MUDANÇA NA GESTÃO ESTADUAL DE 2023: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O UNIEDU, FUMDES e UG beneficiaram cerca de 217.037 mil estudantes de Santa Catarina (SC) ao longo dos anos de 2017 a 2024, conforme disposto na Tabela 1.

Por ser um Programa mais antigo em relação ao FUMDES e UG, o UNIEDU apresenta um número maior de beneficiados. No entanto, embora o FUMDES e UG tenham apenas dois anos de operacionalização, nota-se que, nestes dois primeiros anos, já beneficiaram a uma quantidade de 57.413 mil estudantes, representando em dois anos cerca de 36% dos 159.624 mil estudantes beneficiados pelo UNIEDU ao longo de oito anos.

Tabela 1 – Número de estudantes beneficiados pelo UNIEDU, entre os anos de 2017 e 2024, pelo FUMDES e UG, entre os anos de 2023 e 2024.

Programa	Anos	Estudantes Cadastrados no Programa	Estudantes Beneficiados pelo Programa	Estudantes Beneficiados em relação aos Cadastrados (%)
UNIEDU	2017 até 2024	332.367	159.624	48%
FUMDES	2023 até 2024	25.953	14.888	57%
UG	2023 até 2024	60.915	42.525	70%
<i>Total</i>		419.235	217.037	52%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SED/SC (2025a).

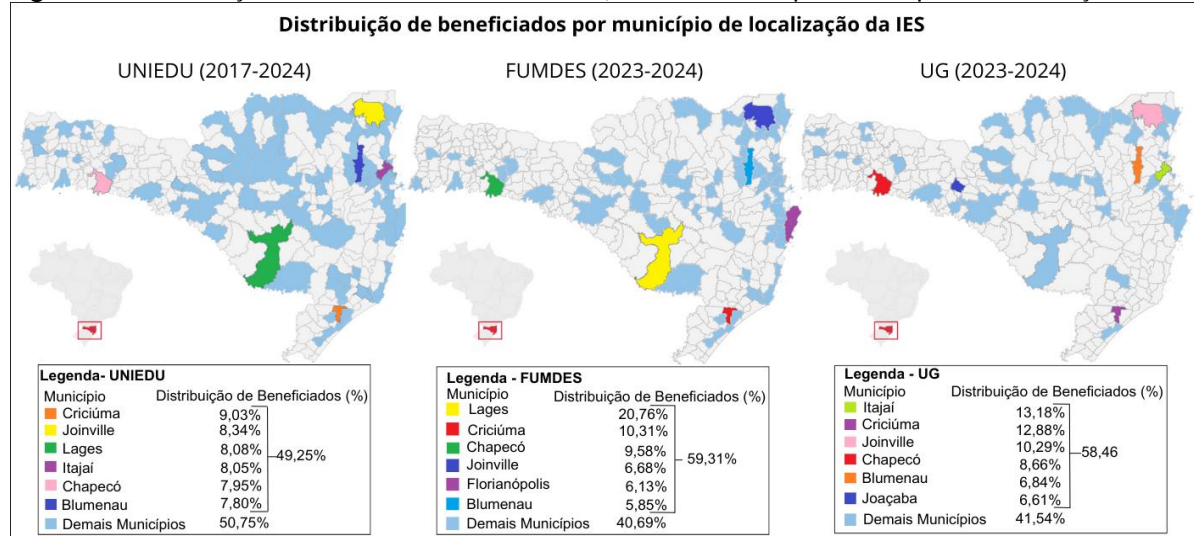
Na Tabela 1 é possível observar uma demanda de estudantes pelos Programas muito maior do que a oferta. Evidencia-se isso ao comparar o número de estudantes beneficiados por cada um dos Programas em relação ao número de estudantes cadastrados em cada um. Nota-se que o UNIEDU tem uma proporção de apenas 48% de estudantes beneficiados em relação aos cadastrados, seguido pelo FUMDES que tem 57% e pelo UG que tem 70%. Ao considerar que o cadastro no Programa representa uma intenção dos estudantes em concorrer e obter a uma assistência financeira estudantil para sua manutenção na ES, estes dados podem indicar uma demanda por assistência financeira muito maior do que a oferta disponibilizada pelo governo estadual.

No entanto, a demanda por assistência financeira muito maior do que a oferta, não se trata de algo característico somente de SC, mas foi também observada pelos estudos de Barretto, Mangili e Gianezini (2021), que se propuseram a discutir as políticas de democratização do acesso da ES brasileira e catarinense. Segundo Barretto, Mangili e Gianezini (2021), a democratização do acesso à ES para as classes populares,

principalmente por meio de bolsas, cotas e/ou financiamento, faz parte de uma conjuntura de políticas públicas que pode se descrever como recentes. Por conta disso, mesmo que haja avanços por meio das políticas públicas já estabelecidas, ainda existe muito a ser feito no âmbito da gestão e das políticas de ES, principalmente quando se pretende expandir a quantidade de estudantes na ES, sendo o financiamento um dos pontos chaves para isso (Barreto; Mangili; Gianezini, 2021).

Ao avançar as análises em termos da distribuição dos estudantes beneficiados por cada Programa com base no município de localização da IES, nota-se com base na Figura 1, que seis municípios principais concentram a maior quantidade de beneficiados em cada Programa.

Figura 1 – Distribuição de beneficiários do UNIEDU, FUMDES e UG por município de localização da IES.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SED/SC (2025a).

Ao comparar os dados dispostos na Figura 1 relacionados a cada Programa individual, nota-se que o UNIEDU apresenta uma distribuição e cobertura muito maior de municípios no estado, quando comparado ao FUMDES e UG. Ao se debruçar sobre essa questão, percebeu-se que o UNIEDU é o único dos três Programas que agrega diferentes tipos de IES, beneficiando tanto as IES privadas quanto as fundacionais, o que pode justificar essa questão. Por sua vez, o FUMDES foca unicamente nas IES privadas, enquanto o UG foca unicamente nas IES fundacionais. Não obstante, o FUMDES e UG iniciaram suas operações em 2023 e ainda estão em processo de credenciamento de

algumas IES (SED/SC, 2025b), o que pode ser uma das justificativas para a menor presença destes dois Programas em alguns pontos do estado.

Na mesma linha, analisou-se que os municípios que concentram a maior quantidade de bolsas distribuídas são também aqueles que os dados do Censo de 2022 do IBGE (IBGE, 2025) revelam apresentar uma densidade demográfica maior em relação aos demais, o que pode ser uma das justificativas à concentração das bolsas. Além disso, Bastiani, Trevisol e Pegoraro (2018) ajudam a compreender melhor essa questão ao explicarem que a expansão e interiorização da ES em Santa Catarina se deu a partir dos municípios maiores e centrais em cada região, fazendo com que muitos dos municípios maiores apresentassem IES e/ou Polos que recebem estudantes de municípios vizinhos que não dispõem de IES.

Na sequência, ao analisar os cursos que tiveram maior representatividade em termos de distribuição de benefícios, notou-se uma semelhança entre os cursos principais dos três Programas, conforme disposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das bolsas do UNIEDU, FUMDES e UG entre os cursos de graduação com maior representatividade, entre os anos de 2017 e 2024.

Programa	Cursos mais representativos	Número de Estudantes
UNIEDU	Direito	25.265
	Pedagogia	11.260
	Psicologia	10.056
	Educação Física	8.640
	Administração	7.983
FUMDES	Direito	2.553
	Medicina Veterinária	1.514
	Psicologia	1.370
	Medicina	733
	Administração	616
UG	Direito	7.579
	Psicologia	3.796
	Medicina	3.270
	Enfermagem	2.131

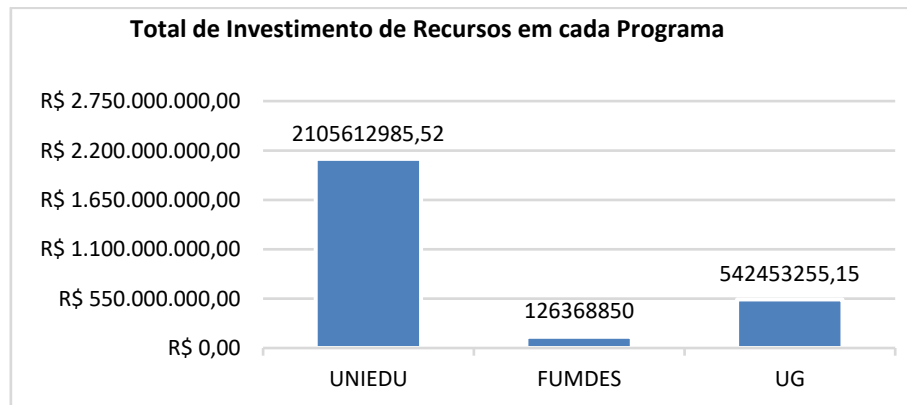
	Administração	1.686
<i>Total de Estudantes</i>		88.452

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SED/SC (2025a).

Com base na Tabela 2, pode-se perceber que o curso de Direito é o mais representativo nos três Programas, seguido pelo curso de Psicologia. Outro curso também presente entre os cinco principais dos três Programas é o curso de Administração. Estes cursos mais representativos somam juntos cerca de 41% do total (217.037) de estudantes beneficiados pelos três Programas, demonstrando serem os cursos com maior distribuição de bolsas e recursos pela política de assistência financeira estudantil e seus Programas analisados. Sobretudo, estes cursos são em sua maior parte ofertados na modalidade presencial e, no caso do FUMDES e UG, são distribuídas à estudantes que possuem renda familiar per capita inferior a 4 salários-mínimos, com exceção apenas do curso de medicina, os quais poderiam possuir renda per capita inferior a 8 salários-mínimos.

No que se refere à distribuição de recursos realizados pelo governo estadual em cada Programa, percebeu-se que nos cursos de graduação beneficiados pelo UNIEDU foram investidos cerca de R\$ 2.105.612.985,52 ao longo dos anos de 2017 e 2024. No FUMDES, foi investido cerca de R\$126.368.850,00 e no UG cerca de R\$542.453.255,15, ambos entre os anos de 2023 e 2024. Portanto, o que se nota é que em dois anos o governo estadual investiu no FUMDES e no UG cerca de R\$668.822.105,15, totalizando neste tempo cerca de 31,80% em relação ao que foi investido no UNIEDU durante oito anos. Esses dados podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Total de investimento de recursos pelo governo estadual de Santa Catarina no UNIEDU, FUMDES e UG.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SED/SC (2025a).

Ao aprofundar as análises acerca do investimento e distribuição de recursos entre os Programas, há de se pontuar que o FUMDES e o UG até o momento não investiram recursos na pós-graduação, mantendo seu foco na graduação. Embora o FUMDES tenha em sua proposta inicial (SED/SC, 2025b) a oferta de bolsas na pós-graduação, o banco de dados analisado não apresentou nenhum dado do FUMDES relacionado a investimentos e/ou bolsas na pós-graduação. Por sua vez, o UNIEDU, além de investir na graduação, investiu também um montante significativo na pós-graduação ao longo dos oito anos aqui analisados, sendo cerca de R\$137.186.850,00, o que representa cerca de 6,51% do que investiu na graduação. Mesmo que seja um valor menos expressivo em relação ao investido na graduação, esse valor certamente teve uma contribuição importante para a expansão do acesso e manutenção de estudantes na formação continuada no estado, pois, através deste montante financeiro o UNIEDU ofereceu cerca de 4.666 bolsas para estudantes de pós-graduação.

Esse foco maior em investir na graduação, principalmente na formação profissional em detrimento da formação continuada, pode ser notado como uma das repercussões oriundas das mudanças na gestão estadual de SC ocorridas a partir de 2023. Contudo, ao considerar que é na pós-graduação que se produz a maior parte da produção científica e tecnológica do país (Franco, 2021), assim como do papel desta para o desenvolvimento da sociedade, torna-se importante ao governo estadual e formuladores de políticas públicas avaliar os horizontes do investimento nas bolsas de pós-graduação para as IES privadas e fundacionais do estado.

Na mesma linha que a pós-graduação, outra repercussão notada a partir da mudança na gestão estadual é quanto ao financiamento da pesquisa e extensão. O UNIEDU é o único dos Programas que também ofereceu historicamente bolsas vinculadas ao desenvolvimento de projetos específicos de pesquisa e extensão para as IES privadas e fundacionais. Os dados indicam que, do total de bolsas ofertadas pelo UNIEDU ao longo dos oito anos analisados, cerca de 28,90% foram destinadas a pesquisa e extensão. Além deste ser um diferencial do UNIEDU, quando comparado ao FUMDES e UG, não se pode deixar de pontuar que as bolsas de pesquisa detêm um potencial significativo quando se pensa no desenvolvimento científico e tecnológico do país, assim como o papel da extensão para a interação entre universidade e sociedade. Sobretudo, bolsas deste tipo dão impulso inicial para a formação de uma base científica e abrem possibilidades para a geração de inovação.

Por outro lado, uma repercussão importante notada a partir da mudança na gestão estadual é que o Programa UG trouxe mudanças aos estudantes quando comparado ao UNIEDU. Com o UG, o estudante bolsista necessitará concorrer apenas uma vez ao edital específico para obtenção de uma bolsa de estudos, que durará até a finalização do curso (SED/SC, 2025b). Não é necessário refazer o processo seletivo semestralmente e/ou anualmente, como ocorria no caso do UNIEDU. Se trata de uma mudança importante para a política de assistência financeira estudantil do estado, pois traz segurança maior ao estudante beneficiado em relação ao início e conclusão do curso com uma bolsa de estudos.

Por fim, com os dados acima discutidos acerca dos três Programas, se pode destacar que eles oferecem uma visão geral acerca da distribuição e alcance da política de assistência financeira estudantil de ES de SC, assim como algumas repercussões ocorridas a partir da mudança de gestão do estado ocorrida em 2023. Embora houve descontinuidade do UNIEDU, há de se destacar que a atenção dada à continuidade da política de assistência financeira estudantil com os Programas FUMDES e UG se coloca como uma questão importante realizada pela gestão do governo estadual. Ao lado de outras políticas nacionais para IES privadas e fundacionais, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES), foi mantida uma

política importante para a democratização do acesso e manutenção da população catarinense na ES.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a distribuição e alcance da política de assistência financeira estudantil da ES de SC e as repercussões a partir da mudança na gestão estadual de 2023. Para tanto, a pesquisa ocorreu a partir da análise de dados da base de dados do Educação na Palma da Mão, que sistematiza as informações acerca da política e dos seus três Programas analisados.

A partir das análises, foi possível observar que o UNIEDU, FUMDES e UG contribuíram significativamente em seu objetivo de apoio financeiro estudantil. Somando os estudantes beneficiados pelos três Programas, foram cerca de 217.037 mil. Embora represente um número significativo de estudantes e tenha um potencial importante na ampliação do acesso e manutenção da população de SC na ES, os dados também revelaram que os estudantes beneficiados representam apenas 52% dos estudantes cadastrados nos Programas. Estes números revelam uma demanda por assistência financeira estudantil muito maior do que a oferta disponibilizada pelo governo estadual em SC.

As análises também indicam que os três Programas oferecem uma distribuição das bolsas por vários pontos do estado, mas mantendo-se concentradas nos municípios com maior densidade demográfica. Quanto aos cursos que tem maior representatividade na distribuição das bolsas de estudo, se pode observar que são em sua maioria da área de direito, saúde e negócios. Além disso, o volume de recursos investidos pelo governo estadual foi significativo em todos os Programas, sendo que, em dois anos, os recursos investidos no FUMDES e UG já somam cerca de 31,80% do total investido no UNIEDU ao longo de oito anos.

Contudo, notou-se que o UNIEDU é o único que oferece bolsas de pesquisa e extensão, para além das bolsas de estudo, e é o único programa que investiu recursos na pós-graduação. Embora o FUMDES tenha entre seus objetivos a oferta de apoio educacional à pós-graduação, nenhuma informação foi localizada no banco de dados

acerca de investimentos. Destaca-se que, ao passo em que o UNIEDU se encontra em processo de descontinuidade, essa falta de atenção para as bolsas de pesquisa, extensão e para a pós-graduação, pode evidenciar um possível redirecionamento do foco da política de assistência financeira estudantil do estado, que aparenta se voltar majoritariamente para a formação profissional a partir da graduação, em detrimento da verticalização na pós-graduação, assim como da pesquisa e extensão.

Como limitações do estudo, destaca-se a falta de clareza em algumas das informações disponibilizadas no banco de dados analisado, principalmente a falta de notas explicativas informando especificamente as origens e somas dos dados dispostos. Além disso, observou-se uma inconsistência na apresentação dos dados de distribuição dos estudantes beneficiados pelos Programas FUMDES e UG por município de residência de cada estudante, na qual os dados, ao invés de estarem agrupados pelo município de cada estudante, se encontram apenas agrupados pelo município de localização da IES. No caso do UNIEDU, os dados encontram-se preenchidos corretamente, demonstrando com clareza os municípios de residência de cada estudante beneficiado, o que ajudaria a observar melhor a distribuição das bolsas por cada município.

Por fim, as análises aqui estabelecidas são um exercício inicial que buscou ilustrar a política em questão e os seus Programas. Com o fechamento do artigo, observa-se que há necessidade de continuidade de pesquisas que se dediquem em avaliar a política, principalmente em articular dados quantitativos, como aqui realizado, com dados empíricos advindos, por exemplo, de entrevista com dirigentes do governo estadual e da gestão da ES responsáveis pelas transformações recentes na política analisada.

6 REFERÊNCIAS

BARRETTO, Letícia M.; MANGILI, Aline C.; GIANEZINI, Kelly. Democratização do Acesso ao Ensino Superior à Luz do Contexto Brasileiro e Catarinense. **Revista Panorâmica**, Mato Grosso, v. 34, p. 461-483, 2021.

BASTIANI, Sherlon C.; TREVISOL, Joviles V.; PEGORARO, Ludimar. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 375-395, 2018.

FRANCO, Maria E. D.; LONGHI, Solange M. Gestão da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília. (Org.). **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior**. V. 1. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2021. p. 239-258.

FRANCO, Sérgio R. K. Políticas da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília. (Org.). **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior**. V. 1. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2021. p. 171-232.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: SALM, José F. (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UNB, 2009. p. 23-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Painel Estatístico do Censo da Educação Superior**. 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54>. Acesso em: 25 set. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA (SED/SC). **Programas de Assistência do Ensino Superior de Santa Catarina**. 2025a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjZjZmMxOGYtM2MyOS00MWNkLTgzYTgtZGFiOTM0MmM4YjliIiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRYWmMtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJiYzRiNiJ9>. Acesso em: 23 set. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA (SED/SC). **Programas de Assistência do Ensino Superior de Santa Catarina**. 2025b. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/index.php>. Acesso em: 23 set. 2025.

SILVA, Christian Luiz; BASSI, Nádia S. S. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. In: SILVA, Christian L. (Org.). **Política Públicas e Desenvolvimento Local: Instrumentos e Proposições de Análise para o Brasil**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-38.

SOUSA, José V. História da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília. (Org.). **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior**. V. 2. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2021. p. 42-194.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão de Literatura. **Sociologias**. UFRGS, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

VARGAS, Ariele S.; CANAN, Sílvia R. As políticas públicas para a educação superior no Brasil - pós LDB/96 e suas (des) continuidades. **Relacult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.L.], v. 11, p. 1-14, 2025.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.

V.1 N. 10/2026 | ISSN 2764-0337 | DOI 10.70678/sala8.v1i10

Qualis Periódicos – (2021 -2024) – B3

NOTA - Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submitted on: 05/02/2026

Accepted on: 12/02/2026

Published on: 27/03/2026